

A história de Minas na perspectiva do abastecimento e subsistência

Introdução

Este texto tem como objetivo servir como subsídio ao trabalho do NUPEDES (UFOP), construindo um panorama de longa duração sobre o abastecimento e a subsistência na região que atualmente corresponde ao estado de Minas Gerais, mais especificamente a região em torno dos municípios de Ouro Preto e Mariana. A maneira como não só esta região, mas o que se tornaria o Brasil se incorporaram à economia europeia em expansão estabeleceram linhas gerais que se tornaram estruturais. Deste feito, a sociedade aqui imposta baseou-se no homem europeu, branco, cristão e heterossexual (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). A economia sustentada por esse homem foi aquela que mercantilizava o globo já àquela altura. Para além disso, esse tipo específico de economia europeia promoveu o que Alfred Crosby chamou de “processo de homogeneização da biota terráquea”, pois tendeu a menosprezar e destruir as naturezas nativas de suas colônias (faunas, floras e solos), ao passo que estimulava espécies invasoras com as quais estavam familiarizados (como a cana-de-açúcar, o café, o gado, entre outros) (CROSBY, 1972; 2011). Esse processo, no decorrer de todos os anos da colonização, causou, por exemplo, na Mata Atlântica brasileira, “danos incalculáveis e irreversíveis” (DEAN, 1989; 2002).

Palavras-chave:

1 A conquista e a formação do território mineiro

A história e a conquista do território hoje conhecido como Minas Gerais se iniciaram nas últimas décadas do século XVII, com a exploração e reconhecimento dos terrenos ao norte da Capitania de São Paulo. Os bandeirantes e sertanistas paulistas, de início mais interessados no apresamento dos indígenas da região do que propriamente na busca por metais preciosos, esbarraram, finalmente, no mito do *sabarabuçu* – que significa *serra resplandecente* na língua indígena – do qual ouviam falar há dois séculos pelos relatos dos povos originais. Finalmente Portugal achara algo parecido com o que seu vizinho Espanha encontrara em México e Peru há mais de um século à frente: rios repletos de pepitas de ouro – era a realização do mito do eldorado no Brasil. Os metais preciosos eram importantes no contexto do Antigo Regime¹, pois

¹ Antigo Regime é o modelo de Estado instituído a partir da Idade Moderna. As suas características gerais são o absolutismo, o monarquismo, a razão de Estado e o mercantilismo. Além disso, ele foi o regime responsável por desencadear os processos de colonização da América e por promover o comércio e escravidão em larga escala dos povos africanos para outros continentes. É no mercantilismo que encontramos o sentido da prática de acumulação de metais preciosos. É uma corrente de pensamento na qual o Estado é fortemente interventor. Regulamentando totalmente os mercados internos, o Estado conseguiria se tornar uma economia forte frente à concorrência de outras

a valorização das economias dos países se dava pela acumulação desses metais. Não raro, essa corrida pela acumulação provocou obsessões em funcionários públicos, fidalgos, colonos, eclesiásticos, bandeirantes etc., que buscavam o “remédio para sua pobreza” nas matas brasileiras e em ribeiros auríferos, conforme a expressão da época. A realeza, talvez a mais obcecada pelo ouro, se esforçou em drenar tudo que pôde de Minas para concentrar as riquezas preciosas do outro lado do Atlântico, e, para isso, utilizou várias estratégias para cobrar o imposto conhecido como “quinto”, ou, nas palavras dos mineiros da época, “quinto dos infernos”.

O descobrimento dos primeiros veios auríferos da região de Minas causou de início uma migração de cerca de 40% das forças produtivas de toda a América Portuguesa (incluindo aí livres e escravizados). A maioria dos migrantes vinham de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Portugal. Mas também se dirigiram para lá espanhóis, castelhanos da Baía da Prata, e, em menor parcela, indivíduos de outros países da Europa (DEAN, 2002, p. 115-121). Todavia, o ouro ou a mineração de Minas, pelos quais se interessavam os migrantes, não é nosso objeto aqui. Um dos primeiros problemas enfrentados por este contingente populacional formado logo nas primeiras décadas de Minas foi a *crise de subsistência*. Os primeiros aventureiros se depararam com um território vasto, desconhecido, cheio de matas virgens e com diferentes grupos autóctones que defendiam seus territórios (como os indígenas Botocudos, que entraram em diversos conflitos contra os colonizadores na região do Rio Doce e na divisa da Capitania de Minas com o Espírito Santo). Mas, sobretudo, este território não era ainda amplamente cultivado. Os paulistas tinham o costume de deixar pequenas roças de milho, mandioca e feijão nas bordas das picadas abertas pelas matas, para prover a subsistência dos transeuntes (Cf. HOLANDA, 2003), mas isso não foi suficiente para conter as crises de escassez de alimentos e fome ocorridas nas décadas iniciais de ocupação de Minas. No entanto, logo após essa primeira experiência de fome dos primeiros anos, tudo indica que os mineiros aprenderam a conjugar as minas aos plantios, o que nem sempre foi claro na história de Minas Gerais.

Segundo a historiografia tradicional e a literatura do século XIX e parte do XX, Minas passou a ser conhecida como uma capitania que tivera duros períodos de fome ao longo do século XVIII. As principais assertivas que orientavam essa ideia eram: 1) desde o início da ocupação de Minas é possível identificar rotas que foram usadas para seu abastecimento, provenientes tanto do Rio e São Paulo quanto da Bahia, o que acalantou os olhares críticos dos historiadores que deixaram de lado as análises das produções agrícolas internas da capitania,

nações. No mercantilismo temos o metalismo, que acredita que a real riqueza de uma nação consiste na quantia de ouro e prata acumulados.

aprofundando-se mais em estudos sobre a importação de alimentos pelos caminhos da Bahia, Velho e Novo; 2) houve um consenso, aceito a partir de algumas fontes oficiais, que dizia que em Minas os serviços de mineração se constituíam mais interessantes para os mineiros do que a agricultura, isto é, a agricultura era vista como um desvio da mineração, a qual seria a atividade principal de Minas; 3) por fim, os caminhos tortuosos para Minas dificultavam a entrada de alimentos, o que tornava o abastecimento lento e cheio de imprevistos por causa de perigos, más conservações e irregularidades das estradas. Isso, por sua vez, explicaria os altos preços de alimentos e as crises de fome e escassez. Mas esses estudos se basearam em fontes sobre a importação de alimentos. E a produção interna?

Seguindo fontes mais tradicionais sobre a história de Minas como o clássico *Cultura e Opulência no Brasil*, de Antonil, escrito em 1704 e publicado em 1711, os historiadores dos séculos XIX e XX se deixaram levar, por décadas, pela ideia de que

Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril a maior parte dos caminhos das Minas, não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento (ANTONIL, 1711, p. 11).

Antonil, um jesuíta italiano que esteve em Minas por volta de 1704, relatava a experiência vívida e recente das “crises de fome dos anos de 1697/1698 e 1700/1701” (CHAVES, 1991, p. 131). Depois dele, diversos governadores e eclesiásticos de Minas emularam essa memória como se fosse uma característica constante da capitania. Sobretudo, conforme vimos em Antonil, acreditava-se que a terra que dava ouro era *estéril por natureza*. Diante disso, a historiografia empenhou-se, num primeiro momento, mais em estudos sobre o a importação do abastecimento de Minas do que em estudos que buscassem a sua possível “brecha camponesa”². São exemplos destes Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior,

² Até hoje, na historiografia, o termo “camponês” é empregado com certo receio para o contexto colonial de Minas. O conflito por trás do uso deste termo remete ao longo período no qual a história de Minas foi tratada mais como uma história da mineração do que como uma história de diversificação econômica. Nesse sentido mais antigo, os camponeses de Minas acabariam se tornando pequenos mineiros. No entanto, começou-se a observar duas coisas: primeiro, que os regimentos de mineração facilitavam a mineração para os ricos e inviabilizavam-na para os pobres, pois as terras eram doadas em função de quem tinha mais escravos e, nessa época, avaliava-se a renda de alguém pela quantia de escravaria que se possuía. Segundo que, só porque os pequenos agricultores não eram amplamente documentados, não significa que eles não estavam lá. Tais observações incentivaram a historiografia a investigar outras fontes e enxergar a subsistência e o abastecimento em Minas por outras lentes feitas sob medida para a realidade que se instaurara ali. A brecha camponesa, ao contrário dos estudos clássicos sobre o assunto, não teria, em Minas, participação apenas de pequenos produtores regionais, mas também de grandes produtores latifundiários e escravistas. Essas grandes propriedades, verdadeiros centros de poder da colônia, também elaboraram suas resistências perante a colonização, tendo como barganha a produção de abastecimento das valiosas Minas do Brasil. Nesse sentido, pode-se assumir um modelo específico de campesinato em Minas, muitas vezes conjugado com a mineração. Já os pequenos agricultores muitas vezes são chamados de roceiros, por desempenharem múltiplas funções agropastoris, além de ofícios de construção e de ferraria.

Jacob Gorender, Mafalda Zemella, Mirian Ellis, Waldemar Barbosa, Augusto de Lima Junior e João Domas Filho – contudo, isso não invalida totalmente a riqueza de algumas dessas análises.

No entanto, estudos recentes como os de Giro Flamarion, Paul Singer, Charles Boxer, Angelo Alves Carrara, Cláudia Maria das Graças Chaves, Flávio Marcus da Silva e Evandro Carlos Guilhon de Castro, Francisco Eduardo de Andrade, entre outros, têm mostrado justamente o contrário: em primeiro lugar, que Minas não passou por tanta fome assim³; em segundo, que havia uma brecha camponesa e uma produção interna significativa. Tais autores, revelando novos documentos e lançando novos olhares sobre a documentação conhecida, perceberam que havia produção interna agropastoril no território de Minas, e que isso possibilitou, inclusive, em terceiro lugar, toda a mobilização de um mercado interno colonial brasileiro. Minas Gerais, além de ter suas plantações (tanto em pequenos terrenos familiares quanto em latifúndios escravistas), teria conectado os mercados entre as capitanias do norte e do sul da América portuguesa. Não só a Bahia poderia comercializar com São Paulo, Rio, ou com as capitanias mais ao sul (e vice-versa) sem passar pelo mar, mas também as regiões mais ao norte como o Piauí e o Maranhão – e seus vastos interiores. Mais tarde, por volta de 1720, as minas dos goiazes (Goiás, Cuiabá e Mato Grosso) também se beneficiarão das rotas comerciais possibilitadas pela ocupação de Minas Gerais. Minas contribuiu com a conexão comercial interna da América portuguesa de norte, centro-oeste, a sul. Carrara mostra, através das cartas de sesmaria⁴, por exemplo, que os sertões sanfranciscanos a oeste de Vila Rica e Mariana já eram terras disputadas e ocupadas, desde o século XVII, por proprietários baianos. A criação de gado (vacum e cavalar) da região serviu para abastecer tanto os goiazes quanto Minas Gerais (CARRARA, 2007, p. 174-184). Cláudia Chaves realizou estudos sobre a economia agrícola interna de Minas e o papel dos tropeiros na distribuição e no abastecimento das vilas, mostrando um vasto consumo de produtos produzidos localmente nos comércios urbanos (CHAVES, 1991; 2002). Flávio da Silva, em *Subsistência e Poder*, analisou os fluxos

³ Flávio Marcus da Silva utiliza o conceito de crise de subsistência de Francisco Carlos Teixeira da Silva para entender a fome em Minas. Os autores dividem a crise em três níveis de desencadeamento: *falta* é quando determinados produtos começam a desaparecer do mercado. Este fenômeno pode muitas vezes estar relacionado com a sazonalidade das culturas; *carestia* é caracterizada pelo aumento repentino dos preços desses gêneros. Neste momento, a sazonalidade já está se transformando em baixa produtividade e pode afetar o comércio e produção de outras culturas; finalmente, a *fome*, é quando quase nenhum produto pode ser comprado no mercado, nem com muito dinheiro. Para ambos os autores, a fome é um estágio no qual ocorrem motins, rupturas, revoltas, despovoações, enfim, é quando a organização social rui totalmente, algo que não ocorreu em Minas. Aproveitando as palavras do governador D. Lourenço de Almeida, Minas teria padecido de “alguma fome” na primeira metade do século XVIII, sendo que os piores períodos foram os de 1697-1698 e 1700-1701. Minas teria passado, segundo Silva, por diversas carestias, mas nem tanta fome (SILVA, 2002, p. 125).

⁴ Cartas de sesmaria são documentos de doação de terras destinadas à agricultura.

de mercadorias agropastoris produzidas em Minas e levadas para as vilas e arraiais, e chegou à conclusão de que muitos períodos de carestia não foram causados pela improdutividade de alimentos, mas por interrupções no abastecimento, devido a conflitos políticos entre produtores, quilombos e tropeiros, e as autoridades⁵ (SILVA, 2002). Na verdade, por mais que os alimentos não fossem baratos e que houvesse recessões alimentares, isso não nega a constituição de uma brecha de resistência agrícola, à maneira mineira.

Flávio da Silva ainda se posiciona combatendo a ideia de que o ouro absorvia a maioria da mão-de-obra de Minas por ser uma atividade economicamente mais interessante. Segundo o autor, a necessidade por alimentos causada pela ocupação cuidou de diversificar a economia mineira e, assim, pequenas “granjas, fazendas e roças logo foram se instalando ao longo dos caminhos que conduziam às primeiras minas de ouro e, mais tarde, núcleos de produção foram se estabelecendo em torno das principais vilas e arraiais” (Ibidem, p. 71). Também era lucrativo abastecer as minas, conforme atestou Charles Boxer: “Muita gente, de fato, depressa considerou mais lucrativo plantar a fim de fornecer alimento aos mineiros do que se entregar ela própria à mineração” (BOXER, 1963, p. 71). Além disso, muitas minas se esgotavam rapidamente com poucos lucros, arruinando o investimento de alguns mineiros. Para estes, restava a opção de plantar. Fora isso, antes mesmo de uma mina se esgotar, as plantações já estavam conjugadas a ela, tanto para alimentar a escravaria quanto para alimentar pequenas famílias pobres, ou para vender excedentes nos mercados locais. Algumas grandes propriedades de mineração chegaram até a se tornar exportadoras de alimentos para outras comarcas ou capitânicas, ainda no século XVIII.

Nesse sentido, os braços escravizados de Minas (que eram caros e escassos pois vinham do continente africano e ainda tinham que atravessar para o interior, uma saga que poderia demorar até quatro meses), desde o início, foram disputados entre lavras auríferas e plantações. Pensando a questão pela perspectiva da subsistência, Chaves afirma que teria sido impossível que Minas tivesse sido abastecida pelas capitânicas vizinhas até o momento em que a mineração entrou em declínio (momento a partir do qual há mais consenso sobre o desenvolvimento da agricultura mineira). Comparando o fluxo de entrada de produtos pelos registros das fronteiras de Minas Gerais – na primeira metade do século XVIII – com os índices de crescimento populacional do mesmo período, a autora percebeu que tal contingente de produtos não seria

⁵ Flávio Silva notou uma grande falta de carne em Vila Rica no ano de 1712. Consultando uma série documental, percebeu que essa falta de gado foi causada pela *recusa* de alguns criadores da região da vila em levarem seus gados para serem comercializados lá, mas não porque não havia o que comer (SILVA, 2007, p. 2). Algumas fontes oficiais, não raro, retratam um universo de escassez de produção, de fome eminente; uma ideia que pode facilmente fascinar pelo anacronismo a quem estuda o passado.

suficiente para alimentar a população que crescia (CHAVES, 1999 apud SILVA, 2002, p. 66).

Em suma, como colocado por Silva, a “diversificação da economia foi concomitante à expansão das minas e não um simples resultado da crise da mineração, como afirmava Mafalda Zemella” (SILVA, 2002, p. 73). E, a “brecha camponesa”, que possibilitou aos mineiros pobres resistirem e permanecerem no território, foi uma manifestação de escravizados, de quilombolas, de sertanistas roceiros e de pequenas propriedades de famílias pobres nos arredores das vilas. Mas, sobretudo, cuidavam da produção agrícola as grandes propriedades mistas que conjugavam mineração e agricultura ou mesmo a agricultura e pastoreio.

Acompanhando Flávio da Silva e Cláudia Chaves, vemos que plantar se tornou um atributo de resistência e subversão em Minas, principalmente na primeira metade do século XVIII. Quem controlava o abastecimento tinha poder sobre o *clímax* social. Sem alimentos não há como manter o mínimo da ordem social, algo muito importante para Portugal, que buscava colonizar um lugar muito distante e cheio de ouro. Para Silva, a produção agrícola de Minas tem caráter tão subversivo que criou espaços de negociação entre os produtores e as autoridades. O governo se esforçava em controlar os preços dos alimentos para torná-los acessíveis, regulamentava os cortes das carnes, as entradas e as rotas de abastecimento e ainda ordenava que não se atravessassem alimentos para lugares não permitidos e que se dessem os miúdos à parte da população que era miserável – ou fixava um preço baixíssimo à estas partes para que a população pobre tivesse acesso (SILVA, 2002, p. 125-128). Quando o governo não atendia às expectativas dos produtores, eles cortavam o abastecimento ou “atravessavam”, seus produtos para outras comarcas ou capitânias, o que gerava escassez de alimentos nas vilas e arraiais. Temos que pontuar que, nesse caso, a subversão era das elites produtoras contra a colonização, o que causava mazelas na parte da população mais frágil economicamente; mas uma subversão diferente é a “brecha camponesa” causada pelas plantações de quilombos (como o Ambrósio, que também assaltava as caravanas de alimentos de grandes produtores, que iam para as vilas) e de pequenas famílias pobres sem escravaria, que garantiam parte de sua alimentação e as vezes geravam excedentes.

Após o período de carestia de alimentos vivido nas primeiras décadas,

[...] começou-se a plantar roças de subsistência, muitas vezes conjugadas as lavras. Mas o alto preço que se pagava por qualquer alimento nas minas atraiu grandes senhores de escravizados, cujas fazendas passaram a produzir para abastecer a população mineradora.

Entre 1693 e 1750, temos o descobrimento dos primeiros veios auríferos, o início da povoação e ocupação de Minas, a criação das primeiras vilas (1711-1718) e o *desencadeamento de*

atividades agrícolas e comerciais (após 1750, a mineração do ouro entra em decadência e a economia de Minas passa por transformações). Para Chaves, as atividades comerciais e agropastoris são as que deram “subsídio à mineração” durante todo o século XVIII (CHAVES, 1991, p. 129-131). Apesar de suas características *subsidiárias*, foram *fundamentais* para o desenrolar da história de Minas, bem como para a permanência e assentamento das ocupações urbanas na região. Ainda que o surgimento de Minas tenha se dado em função da mineração, ela não foi uma atividade capaz de sustentar e desenvolver a capitania. Somente enquanto duraram os excessos de ouro à superfície dos ribeiros e em suas margens e morros adjacentes (até 1750) que ela foi capaz de “carregar” Minas Gerais economicamente. No entanto, mesmo no período áureo dessa extração, de nada adiantaria se não houvesse um fornecimento interno mínimo de alimentos em Minas, pois ninguém se alimenta de ouro.

Neste quadro, como atestam Chaves para o século XVIII e Castro para o XIX, os transportadores de mercadorias – conhecidos como tropeiros – desempenharam papel importante⁶.

Eles [os tropeiros] tornaram possível a entrada e escoamento de mercadorias oriundas de outras regiões ou mesmo da própria capitania. Assim, interligaram a região mineradora a São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, atuando ao mesmo tempo como atravessadores, comerciantes e, ainda, como mensageiros e contrabandistas (Ibidem, p. 129).

Os tropeiros foram um grupo social de extrema importância na construção das redes econômicas internas da colônia. O “tropeirismo”, fenômeno assim referido por Evaldo Castro, é difícil de se rastrear nos séculos XVIII e XIX, devido à dificuldade em definir sua categoria. Nem todos eram alfabetizados, não havia ampla documentação das transações econômicas e nem as posições sociais dos tropeiros foram homogêneas (pobres, ricos, latifundiários, brancos, pardos e negros livres), além de ter sido uma designação para “múltiplas ocupações ligadas à pecuária e ao transporte de cargas”. Um tropeiro poderia ser um criador de reses que transporta sua própria criação para os açougues das vilas, apenas um proprietário de mulas que transporta mercadorias, ou um minerador que alugou os animais de alguém para realizar fretes; uma infinidade de possibilidades. Mas, buscando uma síntese, Castro nos informa que a origem do termo é “setecentista e sulina”: surgiu entre os castelhanos que já utilizavam o termo “tropa”

⁶ Apesar de haver muita diferença entre os contextos histórico econômico de Minas dos séculos XVIII e XIX, os tropeiros se mantiveram ativos e com um papel importantíssimo no abastecimento e distribuição das mercadorias que movimentavam não só Minas, mas todo o mercado interno brasileiro. As primeiras ferrovias de Minas datam da década de 1870. Segundo Castro, “o tropeirismo em Mariana pode ser entendido como um fenômeno socioeconômico de longa duração (perspectiva braudeliiana)”, pois prevaleceu como meio de transporte principal até o momento da modernização das ferrovias (CASTRO, 2014, p. 91).

para se referir às grandes filas muares que realizavam o transporte nas cordilheiras andinas (CASTRO, 2014, p. 31). As regiões planas do sul da América Latina se tornaram os campos de criação das bestas muares que serviram aos tropeiros. Os paulistas, em seu contato íntimo com os castelhanos, rapidamente importaram-nas, até que a feira de Sorocaba se tornou famosa pela negociação desses animais. No nordeste do país, algo semelhante ocorria, mas em vez de muares, os sertanejos utilizavam bois para transpor as distâncias do sertão do Pernambuco, Piauí, Bahia e Minas. Em Minas, os sertanejos e boiadeiros com suas boiadas, vindos do norte, se encontraram com os tropeiros e suas tropas, vindos do sul, mais uma dificuldade para se definir tropeiro na história de Minas (CASTRO, 2014, p. 32). Castro encontra quatro tipos de definições que podem ser inclusas na tropeiragem, no contexto do termo de Mariana no século XIX⁷ (CASTRO, 2014, p. 117). Os tropeiros saiam do sul, passavam por São Paulo, com destino a Minas, portando mercadorias como o charque, carnes de porco defumadas e salgadas, vários tipos de cereais, caixetas de marmelada e açúcar, destinadas ao abastecimento mineiro (AUSTREGÉSILO, 1950, p. 503). Esta era a rota do “Caminho Velho”, que vinha para o Rio de Janeiro, mas tinha ligações com São Paulo e levava à Minas. Os muares também foram utilizados no “Caminho Novo”, aberto entre 1698 e 1707. Por esta via foi possível transportar maior contingente de escravizados e vinha também o ferro, aço e ferramentas, o açúcar, a vestimenta, o sal e outros artigos importados da Europa.

Já os boiadeiros nordestinos transportavam para Minas, nas últimas décadas do século XVII e nas primeiras do XVIII, principalmente gado (vacum e cavalari), mas também negros escravizados, “ferramentas de mineração e de agricultura, baralhos, cocos, açúcar, armas de fogo, azougue [mercúrio], facas flamencas, chumbo, pólvora, marmelada, ‘toda a bugiaria’, nas palavras de Antonil” (CARRARA, 2007, p. 126). O “Caminho da Bahia” chegou a ser proibido entre 1699 e 1713 devido às colaborações dos sertanejos com o contrabando de ouro – mas as proibições surtiram pouco ou nenhum efeito, porque por ele adentrava um abastecimento significativo de gado que foi primordial para Minas nos primeiros anos. Carrara afirma que em 1713 não era mais possível proibir o Caminho da Bahia devido ao fato de a região da nascente do São Francisco já estar bastante populosa, o que, mais cedo ou mais tarde, conectaria as capitânicas. Houve conflitos de jurisdições entre uma propriedade antiga que se estendia desde o sul da Bahia até os sertões sanfranciscanos e algumas sesmarias recém concedidas pelos

⁷ *Prestador de serviços de transporte*: aquele que aluga a tropa e encarrega-se do transporte de mercadorias; *atravessador ou intermediário*: aquele que compra mercadorias para revendê-la ganhando porcentagens; *empregado ou ajudante*: aquele que ajuda o dono das tropas muares; *tropeiro proprietário*: aquele que realiza o transporte de sua própria produção.

governadores de Minas (CARRARA, 2007, p. 131). Além de tudo isso, o Caminho da Bahia era mais plano, largo e menos sinuoso, o que o tornava mais apreciado pelos comerciantes, apesar da maior distância. Devido a esta característica geográfica, este caminho oferecia melhores condições de transporte de gado. Por isso, os tropeiros se adaptaram às mulas, que poderiam transportar mercadorias em terrenos mais acidentados.

Em suma, sobre a importação do abastecimento de Minas por tropeiros e boiadeiros pelos caminhos do norte e do sul, Carrara resume em três movimentos básicos ao longo do século XVIII: 1) início da ocupação de minas e uso do Caminho da Bahia. Nesse período, há muita importação de mão-de-obra escravizada e carnes (até 1717); 2) com a fortificação do Caminho Novo, as transações passam a ser direcionadas para ele, com um foco de comércio no Rio de Janeiro. Pelo Rio entravam a maioria dos escravizados, as mercadorias produzidas na Europa como o ferro, roupas, artigos de luxo, azeite de azeitona, vinhos, entre outros. Além disso, o escoamento dos impostos sobre o ouro era direcionado para o Rio, e, mais tarde, em 1763, ele se torna o vice-reinado do Brasil e seu principal porto (esse período dura até o triênio de 1765-1767); 3) com o declínio da mineração, Minas passa a se reportar mais aos mercados internos do Brasil do que ao porto do Rio de Janeiro. É o que mostram os registros do Sul de Minas, que não compram tanto do Rio quanto de São Paulo e do sul do país. Além disso, há um reaquecimento dos negócios com o norte (CARRARA, 2007, p. 123-124). Além de atuar nessas rotas, os tropeiros também transportavam produtos entre comarcas e de freguesias para vilas. Sobretudo, a partir da metade do século XVIII, com a decadência aurífera, Minas passou cada vez mais a exportar sua produção agrícola para as capitanias vizinhas. É importante notar, nesse contexto, que, mesmo com a decadência do ouro, a população de Minas não parou de crescer e a importação de escravizados também não diminuiu – como veremos adiante. Isso revela que a mão-de-obra escrava, desocupada dos serviços de mineração, passava mais e mais a ser utilizada nos trabalhos agropecuários de Minas.

Antes de passarmos de fato à análise dos termos de Ouro Preto e Mariana, precisamos considerar mais uma coisa. Os “espaços econômicos desconhecem as fronteiras administrativas”. O próprio sertão de Minas, os espaços ainda não conquistados entre as vilas e arraiais, a margem esquerda e parte da direita do rio São Francisco e um “extenso cordão de matas habitadas somente de gente barbara e selvatica” que separava o quadrilátero de mineração de Minas das capitanias do leste (COUTO, 1800, p. 53), se tornaram espaços de criação de gados e plantação, os quais abasteciam as vilas e arraiais mais próximos e as vezes cruzavam para outros mais distantes. Sem dúvida muitas dessas plantações escapavam da cobrança dos dízimos. Estes sertões também causavam alguns cortes e desvios de abastecimento ocasionados

por questões políticas entre os proprietários de gado e o governo, afinal, a administração buscava governar o sertão, um espaço ainda não controlado pela colonização. Por isso Carrara afirma que “o sertão não cabe na Capitania de Minas”, apesar de pertencer cartograficamente a ela. Os sertões de outras capitanias também abasteceram Minas pelo caminho do norte, principalmente o Piauí. Cada parte dessa rede de mercados com Minas possuía seus ritmos e volatilidades próprias, desencadeadas por acontecimentos diversos. Não há uma regra para a formação econômica de Minas. Por isso Carrara também emprega o termo “as muitas minas gerais”, com seus espaços econômicos próprios, produtos regionais e ritmos intrínsecos.

Ouro Preto e Mariana foram elevadas a vila no ano de 1711, respectivamente com os nomes Vila Rica e Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Ambas estavam dentro da região denominada pelos próprios mineiros do século XVIII como “as minas gerais”. Nas palavras de Carrara, essa região conformava “o quadrilátero constituído pelas áreas mais próximas às sedes das vilas de Ouro Preto, Mariana, Caeté e Sabará” (CARRARA, 2007, p. 83). Mais especificamente, ambas as vilas se localizavam na Comarca de Vila Rica, cuja cabeça é a vila que lhe confere nome. Vila Rica se tornou a sede do governo em 1720, quando a Capitania de Minas foi separada da de São Paulo. Ribeirão do Carmo foi elevada à cidade e passou a se chamar Mariana em 1745, por ocasião de tornar-se a sede episcopal de Minas. Nesse período, Mariana passou por uma série de reformas urbanas, as quais deram origem à maior parte do centro histórico conhecido atualmente. Para analisarmos o abastecimento dessas vilas, não podemos nos ater somente ao termo pertencente a elas. Como vimos, o abastecimento de Minas é composto de uma grande rede fluida. Chegavam em Vila Rica e Mariana produtos e tropeiros provenientes principalmente dos registros do sul⁸, pelo Caminho Novo (Rio e São Paulo). Mas há também expressivo comércio oriundo dos caminhos do norte e com outras comarcas de Minas. Existem alguns registros que chegavam pelo sul, de gados dos sertões mineiros da comarca do rio das mortes (São João Del Rei) e um contingente de mercadorias que estavam apenas de passagem: vinham do Rio de Janeiro, somavam-se a elas outros produtos locais e finalmente dirigiam-se para os goiazes. Por fim, temos o contingente de agricultura regional de subsistência, praticada nas freguesias das vilas (o que hoje conhecemos como distritos), que se destinavam a abastecê-las, mas também vendiam, quando era o caso, os excedentes para outras comarcas. É claro que, em cada período do século XVIII, todas essas transações tiveram seus ritmos e desenvolvimentos próprios.

⁸ “os registros de Abóboras, Sete Lagoas e Jaguará, controlavam a passagem de mercadorias dirigidas especialmente para os termos de Ouro Preto e Mariana e em menor quantidade para as freguesias meridionais de Sabará” (CARRARA, 2007, p. 136).

Infelizmente, o objeto que perseguimos aqui deixou escassos registros no século XVIII. Ao que tudo indica, conforme o trabalho de Carrara, as propriedades agrícolas pequenas e familiares não foram responsáveis por um grande contingente de abastecimento. O volume produtivo delas era baixo e existiam poucas propriedades como essas em relação à extensão dos latifúndios. Tais unidades familiares eram, além de analfabetas (e por isso não documentavam suas atividades agroeconômicas), desprovidas de escravaria, e, quando os possuíam, era em baixa quantidade; quando conseguiam vender algum excedente, compravam mais mão-de-obra escravizada.

Já as grandes propriedades se caracterizavam por um alto contingente de escravaria. Segundo Carrara, “poucas mãos amalhavam a quase totalidade da produção mercantil de gêneros agrícolas e pecuários” de Minas (CARRARA, 2007, p. 144). O autor continua:

deve-se (...) notar que o atendimento à maior parte da demanda [de abastecimento] coube às grandes unidades de produção e não a um número mesmo que elevado de pequenos lavradores contando simplesmente com a força de trabalho familiar ou de pequeno número de escravos (Ibidem).

Por isso, não podemos deixar de notar que, apesar da fluidez econômica de Minas, seu mercado ainda era marcado por uma “concentração da produção e circulação das mercadorias” (Ibidem). A produção agrícola de Minas comportava, desde essa época, aspectos de desigualdade social.

A “paisagem agrária” das “minas gerais” no século XVIII, independentemente do tamanho da propriedade e quantidade de escravaria, era composta basicamente de milho, feijão e cana, além de hortaliças e pomares (Ibidem, p. 187). Apesar de a mandioca e o arroz não serem tão presentes em Minas nessa época, encontramos relatos sobre o plantio da mandioca, a descrição de algumas de suas espécies e receitas no *Códice Costa Matoso* (1751), compilados pelo ouvidor de Vila Rica (FIGUEREDO; CAMPOS; MATOSO, 1999), e, sobre o arroz, uma *Memória sobre a cultura do arroz em Portugal e suas conquistas*, escrita pelo químico de Congonhas do Campo, Vicente Coelho Seabra da Silva Teles – o arroz aparece nos índices de comércio de Vila Rica e Mariana, mas em menor escala, assim como a mandioca. Teles também escreveu uma *Memória sobre a cultura do rícino em Portugal, e manufatura de seu óleo*. Este óleo, extraído da mamona, planta comum em Minas e natural da América, era utilizado em lampiões e possuía uma produção volumosa em toda a Capitania. As comarcas revendiam entre si e mais tarde passaram a exportar para regiões litorâneas, onde o óleo de baleia começava a faltar. O óleo de rícino era responsável por grandes volumes nas transações mineiras, inclusive em Vila Rica e Mariana, e chegava, através da memória do mineiro Teles, a ser uma cultura

estimulada em Portugal para substituir o óleo de baleia e o azeite de oliva, que, respectivamente, principiava a faltar nas costas portuguesas e brasileiras e sofria da ferrugem por conta do monocultivo.

Nos pomares, encontramos as bananeiras e “árvores de espinho”, isto é, laranja, limão e lima, bem como alguma ocorrência de parreiras. Em 1800 o bispo Dom Frei Cipriano de São José conseguiu aclimatar uma macieira no jardim episcopal de Mariana e Joaquim Veloso de Miranda, naturalista que gerenciava o Horto Botânico de Vila Rica no mesmo ano, também tinha objetivos parecidos, mas se empenhava mais em cultivar e enviar para Portugal espécies nativas que fossem úteis economicamente, como diversas embiras, com as quais afirmou conseguir produzir papel e pavio de canhões (MAIA, 2015; FERREIRA, 2013). Provavelmente os pomares não deveriam, de modo geral, “ultrapassar os limites dos quintais das residências rurais” (CARRARA, 2007, p. 194). Nas hortas, temos a couve, a alface, o agrião, o quiabo, as cebolas, o alho, o ora-pro-nóbis e o gengibre. Elas situavam-se nos “subúrbios das vilas e dos arraiais.” Além disso, desempenhavam “um papel de extrema importância na satisfação das subsistências alimentares quotidianas” e “revelavam uma indelével vocação de mercado” (ibidem).

Segundo Carrara, as paisagens produtivas agropastoris da capitania se dividiam em “minas” e “currais”; o primeiro se refere ao quadrilátero formado por Sabará, Caeté, Vila Rica e Mariana e à demarcação diamantina, os lugares em que se concentravam as minas de ouro e diamantes no século XVIII. O Segundo se refere aos sertões de Minas, regiões mais distantes das vilas e arraiais, onde predominava a criação de gado vacum e cavalariço, devido ao fato de as propriedades serem mais extensas, com grandes matas nativas, capoeiras e pastos para as reses – as matas eram queimadas para dar lugar aos pastos, e isso vale para Vila Rica e Mariana. Nas “minas”, em relação ao tipo de propriedades produtivas agropastoris, predominavam as do tipo sítio, que eram roças de mantimentos ou engenhos. Essas propriedades, em geral, eram menores e mais distribuídas entre diversos produtores – mas havia grandes propriedades entre elas também. Nas “minas”, os focos de campesinato localizam-se sempre nas cercanias dos centros urbanos; é onde há maior concentração de sítios com suas hortas e pomares. No entanto, essa parcela camponesa e familiar só foi amplamente documentada, na capitania, a partir de 1804. Antes disso, os registros de dízimos abarcavam mais os alimentos que vinham de longe ou das grandes sesmarias nas freguesias adjacentes às vilas. Sendo assim, está amplamente registrado o volume agrícola produzido pelas grandes propriedades agrícolas e pelos “currais”. Para mapear a produção camponesa e familiar, é preciso uma ampla pesquisa empírica e documental em fontes ainda não tão conhecidas e muitas vezes não catalogadas. Ficariam de fora desta

revisão, por exemplo, as negras do tabuleiro, que não registravam as vendas de seus alimentos, os quais produziam em roças vizinhas às povoações.

Tanto nas minas quanto nos currais eram raras as propriedades exclusivamente agropastoris ou mineradoras – a maioria era mista. Todas as *datas minerais* produziam algum contingente de alimentos, nem que fosse para alimentar a escravaria. Em sentido oposto, algumas *sesmarias* concedidas pelo governo aos produtores agrícolas nas redondezas das vilas e arraiais poderiam conter jazidas auríferas ou águas. Datas minerais eram propriedades doadas pelo governo destinadas à mineração; sesmarias eram propriedades distribuídas também pelo governo, mas destinadas à agricultura⁹. As sesmarias poderiam ser propriedades grandes ou pequenas. Há sesmarias enormes concedidas nos sertões, na região dos “currais”, outras menores concedidas nos arredores das povoações. Algumas delas poderiam ser valiosas para a mineração por conterem água (as técnicas de mineração de Minas usavam as águas encanadas para realizar desmontes) e muitas vezes eram vendidas a mineiros (REZENDE, 2013). Inclusive, o mercado de terras em Minas é muito fluído entre mineiros, agricultores, camponeses, roceiros e criadores. As terras passavam de mãos em mãos e os contratos nem passavam pelos tabeliões. (CARRARA, 2007, p. 156, 165, 166 e 189).

Enfim, agora que expusemos as origens diversas do abastecimento que vinha para Vila Rica e Mariana¹⁰, apresentaremos alguns exemplos consultados no trabalho de Angelo Carrara, sobre a produção da região. Este trabalho é valiosíssimo, pois além de trazer diversos documentos como testamentos, inventários, justificativas de posse de sesmarias e contratos de venda de terra, o autor também tabelou diversos dados econômicos de circulação de abastecimento não só para Vila Rica e Mariana, mas para todas as comarcas de Minas.

Segundo Flávio da Silva, em “muitas das cartas [de sesmaria] concedidas durante o ano de 1711 encontram-se referências a engenhos de açúcar, milho e “mais plantas”, “mantimentos” e criação de gado” (SILVA, 2002, p. 141). Em mesmo sentido que Silva, Carrara escreve que nos inventários de Mariana da primeira metade dos setecentos não há ocorrência de operações de compra e venda de datas minerais sem roça; e que é “nas freguesias à roda da vila, depois

⁹ As primeiras cartas de sesmaria de Minas foram concedidas entre 1710 e 1712. Ficaram famosas pelo fato de que a maioria das terras “doadas” pelo governo já estavam ocupadas previamente. Sendo assim, para legitimar sua posse, os ocupantes só precisavam “justificar a fábrica dos sítios”, isto é, a sua produção (CARRARA, 2007, p. 159).

¹⁰ Recapitulando, além do abastecimento das propriedades camponesas familiares, sobre as quais há escassos registros para o século XVIII, temos as grandes sesmarias próximas ou afastadas das povoações, os currais do sertão, as datas minerais mistas que produziam alimentos, manufaturas e gado, os carregamentos de outras comarcas, capitânicas e continentes. Flávio Silva afirma que Vila Rica era abastecida por Lavras Novas, Itatiaia, Catas Altas e Piranga (SILVA, 2002, p. 153). Mariana era abastecida por Furquim, Sumidouro, Catas Altas, Monsenhor Horta, Águas Claras, entre outros (CARRARA, 2007).¹¹ Estes termos eram usados na época para se referir aos quilombolas e indígenas que habitavam as matas.

cidade de Mariana (...) que podemos encontrar os mais completos exemplos dos sítios de roças, de engenhos e de lavras da primeira metade do século XVIII”. (CARRARA, 2007, p. 189-190). Um dos raros exemplos de sítios pequenos próximos às vilas, presente na documentação consultada pelo autor, é o do testamento deixado para João Gonçalves da Costa em 29 de setembro de 1712. Ele herdava um sítio em Mariana com 50 pés de banana e outro no mesmo termo onde criava aves e plantava cana e milho (CARRARA, 2007, p. 194-195). Em 1725, o sargento-mor João de Souza Taveira possuía uma roça nos Gualaxos (freguesia de São Caetano – atual Monsenhor Horta). Já tinha guarnecido seus paióis com 1.200 alqueires de milho, 15 alqueires de feijão rasteiro e 4 alqueires de arroz. Além disso, tinha 50 aves entre patos e galinhas (Ibidem, p. 192).

José de Queiroz Monteiro possuía, em 1741, por meio de carta de sesmaria, uma “roça que comprara nos ambientes do Carmo que fora de Antônio de Barcelos, e umas posses [que comprara] de Manuel da Fonseca Lopes Sitas no Inficionado, detrás do rio turvo na paragem chamada Turvo Pequeno”. Além disso, possuía cento e oitenta escravizados, os quais tentava empregar nos serviços das ditas terras. No entanto,

[...] Ihe não chegavam as ditas terras para ocupar tanta escravatura [,] e porque para adiante da roça e posses se achava sertão ainda inabitável cheio de *gentios e feras*¹¹... queria nele haver por sesmaria” (Ibidem, p. 161).

Reparemos, em primeiro lugar, que Monteiro, na carta de sesmaria em que declarava suas posses, as tinha comprado de outros proprietários, mas o governo só soube disso em 1741, quando ele justificava sua posse. Em segundo lugar, por mais que o documento não traga dados a respeito dos cultivos desta terra, percebemos que uma parte significativa dela era improdutiva. Monteiro tinha escravaria, mas não conseguia empregá-la em suas terras devido à existência de quilombos e indígenas nas matas que circundavam a propriedade. Essa passagem indica que quilombolas e indígenas contribuíram com a preservação dos “sertões” – que muitas vezes não eram áridos como se imagina, mas a palavra também se referia a densas matas virgens – e atrasaram a produção agrícola de um agente colonizador latifundiário.

A propriedade de Mariana que pertencia a João Lopes de Camargo até 1743, era incrivelmente grande e produtiva:

[...] os herdeiros de João Lopes de Camargo procediam, em 1743, à partilha dos 71 escravos que cultivavam as lavouras do sítio que *houve pelo fabricarem*¹², que tem

¹¹ Estes termos eram usados na época para se referir aos quilombolas e indígenas que habitavam as matas.

¹² É o termo usado quando se ocupa a terra antes de recebê-la do governo. Assim, os posseiros iam até as autoridades requerendo “justificar” as posses que tomaram. Geralmente, a justificativa consistia em apossar por

capoeiras que levarão 65 alqueires de milho de planta, com algumas restingas de mato virgem, com casas de sobrado e senzala coberta de telha, engenho de moer cana corrente e moente que mói com bois, também de telha, e uma roda de mandioca de mão com sua prensa. Os proprietários possuíam ainda um sítio em Águas Claras, com capoeiras que levarão 30 alqueires de milho de planta, com paiol de telha e com alguns restos de mato virgem, que declararam tê-lo havido também pelo fabricarem. As criações do sítio compunham-se de sete cavalos, sete bois e 12 porcos. Como era agosto, já estavam estocadas no paiol os frutos das lavouras daquele ano: 2.000 mãos de milho, 20 alqueires de feijão miúdo, 12 alqueires de feijão preto e 40 alqueires de arroz em casca. Possuía ainda a propriedade um quartel de cana e outros pedaços que tudo será um alqueire e meio de planta de milho. Finalmente, encerrava a descrição desse sítio uma roda de minerar moente e corrente, que está trabalhando no veio d'água do rio Gualaxo do Norte, com água por cima que tem em abundância, e com quarenta datas de terras no mesmo veio d'água do mesmo rio, cujas datas estavam em ser 30 e tantas com suas quadras requadras e sobrequadras (CARRARA, 2007, p. 192).

A passagem acima é um caso de uma família de sesmeiros com grandes posses nas freguesias do termo de Mariana. Outro exemplo parecido, mas um pouco mais modesto, é a propriedade do Sumidouro, atual Padre Viegas (1732):

[...] um sítio de roça na freguesia do sumidouro, com paiol, moinho moente e corrente, engenho de pilões com água por cima, tudo coberto de telha com 70 alqueires. Da produção do sítio [em 1749, quando seu dono faleceu, como consta no inventário] restavam 100 alqueires de milho, 100 alqueires de feijão preto, 50 alqueires de arroz em casca, e 20 alqueires de amendoim empaiolados, além de 5.000 mãos (1.225 alqueires) de milho no paiol da roça.

O dono dessa propriedade, Manuel Coelho Faria, ainda tinha outro sítio em Camargos, pela mesma época, com “50 alqueires de planta distribuídos em quatro folhas” e fabricado por 53 escravizados (Ibidem, p. 191).

Algumas dessas propriedades já tinham engenhos, pilões, casarios telhados e uma produção significativa. Alguns relatos atestam produzir para alimentar a escravaria, outros não mencionam o destino das colheitas. Algumas propriedades agrícolas produziam alguma manufatura, como açúcar, cachaça, roupas, cerâmica e até ferro fundido. Em Minas, era comum haver negros livres exercendo o ofício de ferreiro. Fábricas de ferro eram proibidas na colônia, mas pequenos oficinairos mecânicos eram permitidos. Os ex-escravizados tinham o conhecimento de forja derivado muitas vezes de sua origem africana – na capitania eram preferíveis os africanos conhecidos como “minas”, que vinham de regiões do continente nas quais já se praticava mineração (Sudão central). Estes eram largamente aproveitados por grandes proprietários para produzir um mínimo de ferro para fazer ferramentas, pequenas peças

produzir – ou por “fazer fábrica”. Se o posseiro provasse que tornou a terra produtiva, o governo lhe concedia facilmente, a não ser que houvesse algum conflito de jurisdição com outro proprietário ou posseiro requerendo as mesmas terras.

e pequenas máquinas. Carrara anota que encontrou uma fazenda em Furquim, lançada em um inventário de 1776 sob o cunho de “fazenda de engenho real”, designação rara em Minas. Possuía terras lavradas e minerais, águas, casas, criações (bestas muares, cavalos, gados), escravatura. A manufatura de açúcar possuía, além dos canaviais, um alambique, uma caldeira grande, quatro tachas de fazer açúcar, três remunholos, três escumadeiras, um forno de fazer farinha, *tudo de cobre*. Havia uma tenda de ferreiro e outra de ferrador. Na parte de mineração possuía “duas rodas com seus caixões [...] com todos os mais pertences do engenho, pilões, moinho e seus pertences, roda de mandioca, casa de vivenda, com seus pertences e senzalas... tudo coberto de telha”. Por fim, a fazenda ainda dispunha de quatro carros ferrados e dois carretões (para transportar mercadorias para as povoações). Nota-se que o inventariado ainda possuía outra fazenda menor na mesma freguesia. No triênio de 1750 a 1753, essa propriedade rendeu os dízimos mais elevados de Furquim. Mas em 1776, data do inventário, a produção estava mais fraca – decerto por efeitos da decadência aurífera (CARRARA, 2007, p. 192-193).

Carrara ainda afirma que nas “fimbrias do termo de Mariana, para os lados do vale do rio xopotó, o horizonte agrário matizava-se com as plantações de fumo”. Ainda aponta que

[...] a freguesia que mais pomares possuía era sem dúvida São Bartolomeu (...), em razão da grande quantidade de doces de marmelo que anualmente mercadejava em toda a capitania, conforme o demonstram os registros de entrada de mercadorias [das demais comarcas] (Ibidem, p. 195).

Sobre as produções agrícolas de Minas, podemos afirmar que o milho e o feijão são soberanos no século XVIII. No entanto, isso não exclui a diversificação agropastoril e manufatureira da capitania desde os primórdios, com outros grãos, legumes, hortaliças, pomares criações de aves, equinos, bovinos e até manufaturas. Antes da decadência aurífera, a agricultura crescia ao lado da mineração. Com a decadência aurífera, a agricultura de Minas, como um todo, tendeu a se diversificar mais ainda. Assim como São Bartolomeu tornou-se um grande produtor de doces com seus pomares, Furquim, Piranga e Barra Longa tornam-se grandes produtores de cachaça, no final do século XVIII. A atividade agropastoril passou a se concentrar na comarca do Rio das Mortes e mais tarde na recém comarca de Campanha da Princesa (atualmente, sul de Minas, Serra da Mantiqueira), que inclusive abastecia o Rio de Janeiro. A região central “das minas” não foi o centro agrícola da capitania, mas também não deixou de produzir alimentos para o seu sustento, ainda mais com uma mineração do ouro decadente. A mineração do ferro começou a ser explorada por ingleses e alguns mineiros naquela região no início do século XIX, mas somente no fim deste século que principiou a se intensificar, até se tornar a maior riqueza mineral de Minas Gerais a partir do século XX e até

hoje. Por isso, até um novo estopim da mineração, grande parte da mão de obra de Minas se dirigiu, a partir de 1750, à agricultura, migrando para comarcas agrícolas ou dando início a especializações regionais. No século XIX, os tropeiros começam a transitar pelas povoações mineiras, não só com o objetivo de abastecê-las, mas também para exportar os produtos regionais como os doces de São Bartolomeu, cachaça de Mariana, algodão do Serro, queijos de diversas regiões etc. (CASTRO, 2014). Segundo Carla Maria C. de Almeida, entre 1780 e 1810, houve um período de “acumulação evolutiva”, por caracterizar a economia mineira em rearticulação interna neste momento. É justamente no que consiste o crescimento agrícola das suas áreas de fronteira e especializações regionais das regiões das “minas” (ALMEIDA, 1994, p. 88-94).

Os lugares que tiveram a sua produção agrícola criticamente afetadas pela baixa do mercado e pela decadência aurífera foram São Bartolomeu, Cachoeira do Campo, Sumidouro, Furquim e São Sebastião. Outros lugares menos afetados foram Antônio Pereira, Camargos, Catas Altas, Inficionado, Mariana e São Caetano, para o termo de Mariana; e Casa Branca, Ouro Branco, Vila Rica, Itatiaia e Itabira do Campo para o termo de Vila Rica. Carrara afere isso a partir dos pagamentos de dízimos¹³ dessas freguesias, que diminuem muito a partir de 1750 (CARRARA, 2007, p. 242-246). É importante notar que, por mais que os dízimos diminuíssem, a população crescia, o que pode significar um aumento da agricultura familiar ou camponesa de subsistência, isto é, a parte da produção que não era registrada nos dízimos porque era consumida onde era produzida, contudo não há ainda documentos estudados que comprovem isso.

E à agricultura do modo de produção familiar, com sua base técnica restrita – insuficiência das técnicas – e suas estreitas possibilidades de comércio, não se acenavam senão momentaneamente episódios de participação da circulação de maior vulto, e que às vezes lhe permitia até a compra de escravos (Ibidem, p. 288).

A agricultura familiar e/ou camponesa de Minas foi marginalizada pelas autoridades do século XVIII e pouco documentada. Não obstante, esteve sempre presente e realizou papel fundamental na subsistência das povoações, inclusive, em Vila Rica e Mariana.

2 A Independência e o longo século XIX: 1808-1930

O começo do século XIX foi marcado por profundas transformações no cenário internacional, as quais tiveram impacto direto sobre o Brasil. A ascensão da Inglaterra como

¹³ “[...] os dízimos constituem antes de tudo um registro de produção rural destinada ao comércio” (CARRARA, 2007, p. 240).

país industrializado levou à mudança do funcionamento da economia internacional e ao questionamento ao sistema colonial. Junto a isso, a Revolução Francesa e o avanço daquele país contra a hegemonia da Inglaterra, trouxe até o Brasil a família real portuguesa e deu ensejo ao processo que desencadearia a nossa independência em 1822. A Independência do Brasil foi levada adiante por um herdeiro da monarquia portuguesa em articulação com a elite escravocrata e latifundiária do Brasil. Deste feito, tornando-se um Estado independente, o Brasil continuou a ser guiado pela mesma lógica exportadora e pela reprodução de uma sociedade escravista. Portanto, latifúndio e escravidão ainda seriam por muito tempo os pilares de reprodução da economia e da sociedade nestas plagas (FURTADO, 1963; FERNANDES, 2011; MATTOS, 2004).

Em Minas Gerais, com a diminuição da extração de metais, houve uma significativa mudança econômica, mas não uma decadência generalizada como colocada por alguns autores (ver, por exemplo, FURTADO, 1963; PRADO JÚNIOR, 1967; SIMONSEM, 1977). Estes autores, pautados por interpretações que buscavam compreender a formação econômica do Brasil, por meio de sua ligação com o mercado internacional e em relação à constituição do capitalismo global, privilegiaram as economias exportadoras. Deste feito, caso se acompanhe a análise de Furtado, por exemplo, parecerá que tanto o Nordeste, após a crise da economia canavieira, quanto Minas Gerais no pós-mineração, pouco tiveram a esclarecer sobre a nossa formação econômica; são tratadas como áreas decadentes devido à diminuição de seus fluxos exportadores – sobretudo para o mercado internacional.

No caso de Minas Gerais, a estas interpretações – em grande medida baseadas em uma mal constatada evasão de mão de obra escravizada para outras províncias, por conta da “decadência generalizada” – contrapôs-se o trabalho de pesquisadores mineiros, entre eles Roberto Borges Martins. O autor constatou, ao contrário, um aumento da população escravizada em Minas Gerais, apesar da diminuição da participação da província nas exportações brasileiras. Tal constatação foi reforçada, por exemplo, no trabalho de Marcos Ferreira de Andrade, que tratou da trajetória dos Junqueiras, os quais na segunda metade do século XIX fizeram fortuna com a importação e distribuição pela província mineira de escravizados chegados pelo porto do Rio de Janeiro (ANDRADE, 2014).

Nas palavras de Martins (1982):

[...] o maior obstáculo para um melhor conhecimento de Minas oitocentista tem sido uma enraizada distorção que permeia quase toda a historiografia econômica brasileira: a maior parte dela está ainda hoje enredada na noção, herdada do colonizador, de que a atividade exportadora é a única coisa que importa. A evolução econômica do país é descrita como uma série de "ciclos de exportação": açúcar no Nordeste nos primeiros

séculos, ouro em Minas Gerais no século dezoito, e café no Centro-Sul nos séculos dezoito e vinte.

Nota-se, portanto, a continuidade no Oitocentos dos mesmos vícios interpretativos persistentes em muitas análises sobre Minas colonial.

Sabe-se que em Minas Gerais, durante o surto mineratório, apesar da grande presença do trabalhador escravizado, também havia um grande contingente de pessoas livres, atraídas pelas atividades ligadas à mineração, envolvidas diretamente nesta ou em outras que a orbitavam; apesar de muitos terem se deslocado para os atuais nordeste paulista e sul de Goiás após o ocaso das minas, a maior parte permaneceu na província. Consequentemente, Minas Gerais possuía mão de obra abundante, tanto livre quanto escravizada.

Importante destacar que a discussão sobre a decadência das economias regionais, após a diminuição da extração de ouro, não é exclusividade mineira. No caso de outra região de relevância nesta atividade, a província de Goiás, boa parte dos autores que a pesquisaram chegaram à conclusão de que as terras goianas se caracterizaram pela decadência generalizada após a crise da mineração. Contudo, como demonstra Nasr Fayad Chaul (1997), tal interpretação, também neste caso, se deve à diminuição das relações goianas com o mercado internacional – não houve decadência, mas, neste caso, uma adaptação a outro contexto, com atividades de subsistência – ou abastância como prefere o autor – e outras de relevância regional.

Este esgarçamento dos vínculos com a economia internacional também marcou Minas Gerais a partir das últimas décadas do século XVIII. Estando a província de Minas Gerais pouco integrada ao mercado mundial nas décadas seguintes à crise da mineração e primeiras do século XIX, quais eram as atividades que mantinha esta população – livre e escravizada – dentre as bordas mineiras? Para compreender este cenário podemos, em primeiro lugar, recorrer a Borges Martins (1982). Segundo Martins, na província de Minas Gerais ocorreu o aumento da população escravizada, mesmo em um contexto de diminuição do contato da economia regional com mercados extra-provinciais. Segundo o autor, o trabalho escravizado era importante para a manutenção de uma estrutura produtiva voltada sobretudo para mercados locais em um contexto de fronteiras fundiárias abertas, no qual os trabalhadores livres preferiam ocupar novos territórios a submeter-se a um regime de trabalho intenso nas grandes propriedades.

Quadro 1 – Escravizados empregados no setor cafeeiro (1820-1887)

PERÍODO	ESCRAVOS EMPREGADOS	% DA POPULAÇÃO ESCRAVA	PERÍODO	ESCRAVOS EMPREGADOS	% DA POPULAÇÃO ESCRAVA
1820-25	264	0.15	1856-60	6.629	2.18
1826 -30	548	0.28	1861-65	8.474	2.58
1831-35	1.037	0.50	1866-70	15.788	4.46
1836-40	1.624	0.72	1871-75	16.428	4.30
1841-45	2.282	0.94	1876-80	23.683	6.96
1846-50	3.351	1.28	1881-85	33.879	11.10
1851-55	5.269	1.87	1886-87	36.069	15.38

Fonte: Martins (1982).

O quadro 1 consta do trabalho de Roberto Borges Martins e possui dados importantes sobre o aumento da população escravizada em Minas Gerais durante o período “pós-mineração”. A estrutura econômica da fazenda mineira em que trabalhava a maior parte dos escravizados, com exceção de algumas áreas exportadoras, era caracterizada pelo isolamento em relação às demais províncias, diversificação interna e autossuficiência. Estas unidades produziam para autoconsumo e para venda em mercados locais (MARTINS, 1982, p. 4-5). As fazendas mineiras se espalhavam por um amplo território, isoladas de mercados importantes e, em algumas regiões, só parcialmente integradas a uma economia monetária. Eram, como diz Martins, o contrário de plantations exportadoras.

Mesmo assim houve, na primeira década do século XIX, a especialização de algumas regiões mineiras no abastecimento do Rio de Janeiro, transformado em sede do Império Luso em 1808. Foi a região Sul de Minas a mais envolvida neste processo, com a diversificação da economia local e ascensão de um grupo social que se tornaria politicamente relevante. O Sul de Minas fornecia sobretudo gado em pé, porcos, galinhas, carneiros, toucinho, cereais e queijos à corte (LENHARO, 1993). Alcir Lenharo destacou que após o ocaso das minas, surgiram nestas regiões grandes propriedades escravistas voltadas para o mercado interno.¹⁴

Francisco Iglésias (1958) destacou que as decisões políticas e econômicas mineiras no século XIX, direcionadas pelas elites locais, incentivaram a agricultura e a pecuária, além da integração regional. O autor descreveu uma situação que se desdobraria nas próximas décadas, com técnicas agrícolas tratadas como atrasadas e como limite ao aumento da produção. Quanto

¹⁴ Ver, como exemplo, Andrade (2014).

à ocupação do território, Iglésias destacou o papel da pecuária como desbravadora de terras sertanejas.

Retornando, Iglésias ainda chamou a atenção para o grande número de pessoas que não pagavam impostos. Esta observação nos é por demais cara. A existência de uma ampla população não pagadora de impostos dada a extensão territorial mineira, denotava uma ampla parcela de pessoas que não participavam de uma economia formal, que não eram alcançados pelo Estado e pelas estatísticas. Certamente eram aqueles que fugiam ao mundo do trabalho e produziam dentro de um esquema de autossuficiência e de abastecimento local – o que não ficaria para trás com o golpe republicano de 1889.

Mesmo com a diversidade geográfica é possível constatar uma importante produção interna, em um movimento de diversificação que teve início durante o surto mineratório e o ultrapassou (LUNA; COSTA, 1982). Restitutti (2006), baseado em ampla documentação, empreendeu uma análise dos mais relevantes pontos de entrada e saída de mercadorias da província de Minas Gerais no século XIX. Apesar disso, como ele mesmo afirmou, estas constatações não são suficientes para desvelar quais eram as zonas produtoras de determinados itens. Contudo, sua análise chama a atenção para a persistência de muitas rotas comerciais do período colonial – como a para a Bahia – e para a passagem de gado de outros estados que, juntando-se a importante produção mineira, encaminhava-se para o Rio de Janeiro, movimento que se modificou nas primeiras décadas republicanas pela atração que São Paulo passou a exercer sobre os rebanhos mineiros e de outras regiões centrais do Brasil (OLIVEIRA, 2012).¹⁵

Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva (2003) avançaram no caminho da compreensão da produção mineira ao analisar documentos oficiais de meados do século XIX. Basearam-se nos mapas de população de Minas Gerais exigidos pelo Ministério do Império “na segunda metade do século XIX, e que tinham por finalidade fazer o levantamento da população total do País ao mesmo tempo que procuravam conhecer a produção econômica de cada região”. As autoras partiram da interpretação da economia de Minas Gerais como uma economia vicinal, pouco voltada às exportações e, em sua análise, por meio das fontes apontadas, fortaleceram este entendimento.

¹⁵ As regiões que se especializaram tanto na produção quanto na intermediação de gado bovino foram, principalmente, o Sul de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro. Ver, por exemplo, Oliveira (2012).

Figura 1 – Mapa de Minas Gerais por regiões**MAPA DE MINAS POR REGIÕES**

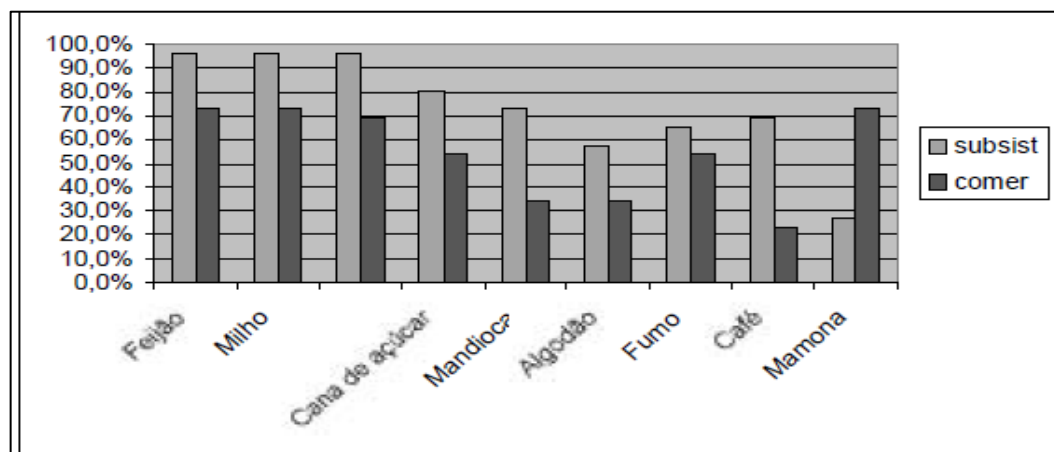
Fonte: Martins e Silva (2003).

Quadro 2 – Distribuição da população por grupo de ocupações e regiões

Região	Empregados Públicos	%	Agro-pecuária	%	Negociantes	%	Ofícios Mecânicos	%	Total
Centro	1.811	6,31	20.244	70,54	2.031	7,08	4.613	16,07	28.699
Centro-Oeste	23	2,24	712	69,26	92	8,95	201	19,55	1.028
Jequitinhonha/Rio Doce	114	2,27	4.329	86,27	140	2,79	435	8,67	5.018
Mata	529	5,73	7.556	81,88	555	6,01	588	6,37	9.228
Sudoeste	12	0,43	2.680	96,75	50	1,81	28	1,01	2.770
Sul	116	1,30	5.398	60,41	1.391	15,57	2.031	22,73	8.936
Campo das Vertentes	185	5,24	1.322	37,47	520	14,74	1.501	42,55	3.528
Triângulo/Alto Paranaíba	236	2,72	7.232	83,38	311	3,59	895	10,32	8.674
Norte/Noroeste	35	0,57	5.808	95,12	95	1,56	168	2,75	6.106
Total	3.061	4,14	55.281	74,72	5.185	7,01	10.460	14,14	73.987

Fonte: APM, SP, Códices 893, 955, 570, 609 e 654

Fonte: Martins e Silva (2003).

Figura 2 – Porcentagem dos municípios que exerciam atividade agrícola em 1860

Fonte: APM: SP, Códices 893 955, 570, 609 e 654

Fonte: Martins e Silva (2003).

Como destacam as autoras (e está demonstrado na figura 1 e quadro 2), a maior parte da população se dedicava à agropecuária. O arroz, feijão e milho eram produzidos em quase todos os municípios, tanto para subsistência quanto para gerar excedentes para o comércio. Além disso, todos os municípios por elas estudados criavam gado vacum e pouco mais de 91% deles criavam cavalos e porcos. A região centro¹⁶, na qual se encontra Mariana, possuía lavouras regionais com intenso comércio local, principalmente em Ouro Preto, Queluz e Bonfim, este último com importantes manufaturas e os dois primeiros com produção de matérias primas, como algodão. Havia também a produção de cana de açúcar, óleo de mamona, tabaco, mandioca, arroz, feijão, além de café para consumo doméstico. Quanto à pecuária, havia a criação de gado vacum e cavalos, muas e suínos; somente em Bonfim havia a criação comercial. A região central importava produtos tradicionais, além de açúcar, aguardente e café. Especificamente em Itabira havia a produção de feijão, arroz, milho, café, algodão, fumo e mamona para a comercialização. Em Mariana havia o cultivo de feijão, arroz, milho, cana-de-açúcar e o fumo para fins doméstico, comercial e industrial e havia a manufatura de açúcar e do tabaco (MARTINS; SILVA, 2003, p. 18-20).

A existência desta estrutura de produção local e de autossuficiência não evitou crises de abastecimentos em alguns lugares da província durante o século XIX. Destacam-se Bonsucesso, Conceição do Mato Dentro, Itabira e Carmo do Parnaíba. Esta escassez também ocorreu em regiões onde se desenvolveu a lavoura cafeeira, como Pouso Alegre, Varginha, Perdões e Lavras. Algumas destas regiões antes eram produtoras de alimentos e passaram a importá-los do Rio de Janeiro (MARTINS FILHO, 2009, p. 19). Esta crise, segundo Martins Filho, se aprofundou e atingiu o seu clímax em meados da década de 1890, com a atração de trabalhadores pelas regiões cafeeiras (Ibidem, p. 19-20).

Por último, apesar da baixa eficácia do sistema de transportes mineiro, durante o século XIX houve um intenso movimento de construção e manutenção de estradas de terra e de implementação de ferrovias, o que, certamente, dinamizou a integração entre diferentes regiões, sobretudo com o mercado externo, mas também em alguns casos entre si. A modernização dos transportes emergiu “como condição para o fortalecimento do mercado interno combinado com o robustecimento das relações com o exterior de Minas” (GODOY; BARBOSA, 2008).

¹⁶ Os municípios da região central eram: Bonfim, Caeté, Curvelo, Itabira, Mariana, Ouro Preto, Queluz, Sabará, Santa Bárbara e Santa Luzia.

2.1 A Primeira República brasileira (1889-1930)

O golpe que deu ensejo à Primeira República brasileira em 1889 não trouxe amplas transformações no que diz respeito às características estruturais da economia brasileira – continuou voltada para o exterior e com uma gama de produtos importantes em diferentes regiões. A grande mudança ocorreu ao ocaso do regime, com a abolição da escravidão. A preocupação com o abastecimento se mostrava premente e aparecia de maneira recorrente em fontes do período. Contudo, eram os produtos mercantis de exportação que mais preocupavam os diferentes grupos regionais – como é possível notar pelas Mensagens dos Presidentes/Governadores¹⁷ de Estado de diferentes unidades da recém-criada federação.

Ao longo da última década do século XIX e das três primeiras do século XX, tal como grande parte do território brasileiro, Minas Gerais passou por amplas transformações que mercantilizaram boa parte de sua economia. Aos poucos, a economia vicinal mineira foi impactada pela expansão dos meios de transporte, os quais tornaram a integração regional mais eficaz e dinamizaram as relações entre as regiões mineiras, entre Minas Gerais e outros estados e com o mercado internacional – sobretudo no caso do café.

O livro de Almicar Vianna Martins Filho, *O segredo de Minas* (2009), constitui um bom ponto de partida para a caracterização de Minas Gerais ao longo da Primeira República brasileira. Segundo ele, a análise que busca compreender o estado a partir da economia exportadora – como muitos autores fizeram, valorizando o café – não condiz com a situação do período, o qual se caracteriza muito mais por uma economia diversa e em grande medida voltada para o mercado interno. O erro se dá, segundo Martins, pelo fato desta economia não chamar tanto a atenção quanto a exportadora. Segundo ele:

A economia do estado, em grande parte do século XX, manteve características já apresentadas desde o século XVIII: isolamento, dispersão das unidades produtivas, falta de especialização e grande variedade de produtos; fragmentação estrutural das atividades econômicas, dispersas em grande número de pequenas unidades produtivas e, por fim, forte tendência para a auto suficiência (MARTINS FILHO, 2009, p. 15).

Para ele, o setor exportador de Minas continuava menor do que o voltado para o mercado interno. Apesar disso, a expansão cafeeira em algumas regiões mineiras foi notável e relevante, tomando inclusive o espaço de outras produções e levando a escassez de alimentos básicos, como milho, mandioca, arroz, feijão e toucinho. Este processo, que a princípio atingiu as

¹⁷ Em alguns estados o cargo executivo era nomeado como presidente, em outros, como governador.

regiões cafeeiras, expandiu-se pelo estado à medida em que o café passou a atrair os trabalhadores de outras atividades (MARTINS FILHO, 2009, p. 18-19).

As lavouras de café passaram a ser importantes em Minas Gerais desde o final do século XIX, expandindo-se em algumas regiões e tornando-se relevante item da economia da província/estado. A sua expansão em muitos momentos era vista como perigosa, curiosamente, não só por conta da drenagem de “fatores de produção” de importantes lavouras de abastecimento, mas também pela sua contribuição para o quadro de impostos estaduais – era por demais evidente a dependência da economia estadual com relação ao café. No que diz respeito à escassez de trabalhadores, o presidente de estado em 1893 tratava como “vagabundagem” a não incorporação dos mineiros do interior ao mercado de trabalho (MPEMG, 1893, p. 22-23). No ano anterior, em 1892 foram destacadas as precárias condições da “indústria agrícola” devido à escassez de braços, a falta de gêneros de primeira necessidade e a insuficiência de trabalhadores recebidos do sertão (MPEMG, 1892, p. 14-16).

Importante destacar que, para Martins Filho, a crise do café em muitas regiões mineiras, a partir das primeiras décadas do século XX, levou ao retorno da policultura (MARTINS FILHO, 2009, p. 52). Tal paisagem ainda caracterizaria Minas Gerais durante décadas. Segundo Martins Filho, ao longo do período, além das culturas básicas “e da criação de gado bovino, suíno e de aves, todos municípios tinham as suas moendas de cana e produziam rapadura, cachaça e álcool” (Ibidem, p. 65).

Quadro 3 – Minas Gerais: consumo interno estimado como porcentagem da produção total, produtos selecionados, anos selecionados¹⁸

PRODUTOS	1889	1895	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930
Arroz	99.9	*	99.7	99.4	94.4	95.3	93.4	95.1	95.6
Feijão	99.3	99.3	96	96.4	96.6	94.6	92.8	96.7	93.3
Milho	99.9	99.9	98.7	98	97.8	98.9	98	98.9	98.9
Porcos	98	98	98.1	96.6	94.5	95.7	95.6	98.1	97.1
Gado bovino	81.6	87.5	80	75.8	76.5	76	76.4	78	78.2
Queijo	85.7	87.1	73.6	72.1	68.1	66.3	70.2	71.2	71.5
Açúcar	100	99.4	99.2	99	99	99.2	86.5	97.8	99.5

Fonte: Martins e Filho (2009).

Os dados colhidos por Amílcar Martins Filho mostram um elevado consumo interno dos itens produzidos em Minas Gerais com relação à produção total. Boa parte dos itens possuía

¹⁸ * Não há dados. A categoria açúcar agrega rapadura.

um consumo interno que ultrapassava os 90%. Deste modo, o excedente exportado era uma fatia pouco significativa para a maior parte dos itens.

Interessante que, mesmo com esta configuração, a importância da produção local para o abastecimento, talvez sustentada pelos “vagabundos”, como se referiu o presidente do estado em 1893 àqueles que não se submetiam a uma economia de mercado em construção, a mesma não era tratada com afinho pelos presidentes de estado. Ao contrário, ao que parece, as ações eram muito mais planejadas tendo em vista a integração e o desenvolvimento das economias de exportação. Desta forma, e talvez mesmo por conta desta desatenção, foram constantes os episódios de carestia em diferentes regiões mineiras também neste período. Há referências a ela em 1894 e 1895, quando foi dito que a alta dos preços do café levava a drenagem de trabalhadores, abandonos de outras culturas e consequente carestia; em 1897, com falta de produtos alimentícios e desorganização do trabalho dada a abolição da escravatura; em 1920, com a defesa da intervenção do estado para saná-la. Em 1924, a carestia levou “inquietação às classes menos favorecidas, principalmente ao operariado” e teve como consequência uma greve nas fábricas e usinas de Juiz de Fora (MPEMG, 1924, p. 297). Localmente os problemas de abastecimento também apareceram. Em Mariana, em diferentes anos, foram registradas reações à carestia por meio do aumento do vencimento dos empregados municipais. Na Assembleia Municipal de Mariana, no ano de 1984, este aumento foi justificado dadas “as dificuldades que presentemente se atravessa pelos elevados preços de todos os artigos de primeira necessidade necessários a vida”. Também no atual Sudoeste de Minas, em São Sebastião do Paraíso, em julho de 1915 foi constatado o elevado preço da carne na cidade.¹⁹

Uma fala de 1902 sobre o norte de Minas Gerais nos ajuda a compreender melhor esta situação:

O aproveitamento de todas estas riquezas depende da máquina, que só a via férrea pode transportar, e é este o melhoramento primordial para aquela porção do território mineiro.

Querer explorá-los por métodos bárbaros e primitivos dos tempos coloniais será, no meu entender, um tratamento improfícuo e até absurdo.

Bem falsa a ideia dos que, vendo o pouco que produz o trabalhador nacional, apregoam a superioridade do estrangeiro.

Vivendo em fértilíssimas terras, regadas de rios dos mais piscosos, sem meios de transportes para os frutos de seus labores para trocar o que lhe sobra pelo que lhe falta, limita-se, naturalmente, o nacional, a produzir apenas o que lhe é necessário, pois seria pouco inteligente produzir para perder (MPEMG, 1902, p. 30).

¹⁹ Conforme as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso (15 de julho de 1915).

Faria Lemos, presidente do Estado de Minas Gerais naquela ocasião, mostrou-se mais esclarecido com relação ao processo econômico de Minas que alguns de seus antecessores e tocou em algumas questões centrais para o estado. O trabalhador nacional, mineiro, em grande medida, produzia para a própria subsistência – assim como nos séculos XVIII e XIX.

Ao que tudo indica, o que se constata nas primeiras décadas do século XX é um processo de mercantilização da produção mineira, com a expansão de um mercado de mãos dadas com a ação fiscalizadora do Estado. Houve a expansão da estrutura fiscalizadora do Estado de Minas Gerais, tal como a integração mais estreita entre diferentes regiões e entre Minas Gerais e o mercado nacional e internacional, por meio da construção de estradas de ferro e de rodagem. Isso teve como consequência o aumento das exportações e das importações em dados momentos.

Em um processo de longa duração, que remonta ao momento de diminuição da atividade mineratória em Minas Gerais, as características da economia mineira persistiam para além de 1930. A estrutura conhecida como “fazenda mineira” chegaria até a segunda metade do século XX, quando não mais resistiram ao processo de “modernização” da economia nacional. Junto a isso, desenvolveram-se e decaíram economias regionais ligadas ao abastecimento da economia nacional e internacional – na primeira há o caso do Sul de Minas Gerais, que de abastecedor de itens básicos para o mercado do Rio de Janeiro tornou-se produtor de café e, no segundo, a especialização de regiões como o Triângulo Mineiro na criação mercantil de gado em desdobramento da criação dos séculos anteriores.

Considerações finais: uma tentativa de síntese

Muito provavelmente em decorrência de seu isolamento territorial, de suas estradas tortuosas pelos cimos das serras, de suas longas distâncias cobertas por densas matas e de seu afastamento em relação às primeiras povoações da colonização, Minas se constituiu como um lugar propício ao autossustento. Os princípios da subsistência desde sempre foram de grande estima para aqueles que, no raiar do século XVIII, se jogaram ao interior desconhecido, repleto de riquezas e adversidades. Por isso, desde sempre, a diversificação e a economia interna sempre foram praticadas em Minas, por quilombos, escravizados, mineiros, famílias pobres e latifundiárias.

A condição isolada de Minas, criada sob condições de uma cultura portuguesa navegadora que priorizou a ocupação litorânea e teve mais dificuldade para colonizar o interior, permaneceu como um entrave ao desenvolvimento pleno de uma economia não aurífera de exportação até o final do século XIX, quando as primeiras ferrovias chegaram na província.

Mesmo com a chegada da ferrovia e de uma suposta “modernização” por si só, as estruturas produtivas mineiras, voltadas para uma economia interna e de abastecimento, demoraram a se adaptar. Até então, a participação da província no mercado externo se dera principalmente através do ouro no século XVIII. De resto, tudo era primordialmente vendido e consumido internamente ou no Brasil. Com a expansão do café, que vinha crescendo pelas baixadas paulistas, e posteriormente com a introdução do eucalipto em várias partes do Brasil e inclusive em Minas, o estado entrou de vez nos ensejos produtivos determinados pelo mercado interno. Com o decorrer do século XIX e as primeiras tentativas de produção em larga escala do minério de ferro – processo que só amadureceria totalmente na década de 30 do século XX, com a criação das estatais CVRD e CSN –, Minas adentra de cabeça nos circuitos comerciais internacionais, moldando-se mais ainda à modernização econômica e marginalizando toda a estrutura econômica que desenvolvera até então. Hoje em dia, cada vez mais o Estado se adapta à nova imposição do mercado externo das *commodities*, sendo o ferro e a soja grandes protagonistas desse quadro expansivo que nada promete de bom para os habitantes das regiões mineradoras.

Até hoje, no estado, muitas populações tradicionais ainda cultivam, além de alimentos, os conhecimentos herdados de um passado onde a diversificação produtiva era sinônimo de sobrevivência e resistência perante o isolamento territorial. Muitos consórcios entre plantas nativas, ou de algumas nativas com invasoras, podem ser aprendidas com estes povos, que ainda subsistem nas regiões mais rurais de Minas Gerais. Embora sejam conhecimentos cultivados em meio a uma dura realidade de escassez de alimentos, possuem alto valor ambiental e lutam por algo que está ficando de lado hoje em dia: a soberania alimentar. Temos muito o que aprender com esse passado imaterial, que ainda se preserva na transmissão de geração em geração pelos agricultores familiares. Apesar de atualmente não serem reconhecidos e estarem diminuindo, as práticas e os conhecimentos tradicionais destas pessoas já foram a regra de sobrevivência básica em Minas. O Estado brasileiro, em continuidade a técnicas de exploração coloniais voltadas para o mercado externo, favoreceu a implantação de um sistema econômico que ao cabo tornou os habitantes de Minas Gerais reféns, tanto da modernização e das mineradoras quanto do sistema internacional de produção de alimentos (transgênicos, monoculturas, agrotóxicos, baixa diversificação alimentar). E o mineiro se viu privado de terras e incentivos para cultivar. Ao mesmo tempo, a sua mesa perdeu diversidade e ganhou veneno. O roceiro, que antes poderia plantar algum subsídio para complementar sua mesa, agora está ocupado o dia inteiro em uma jornada de trabalho imensa nas grandes mineradoras, que exploram a sua força de trabalho e carregam os minérios de Minas para fora do país.

Isso não é reflexo de escolhas individuais, ocasionais ou gratuitas; é o resultado de um processo histórico de longa duração, implementado pela colonização, que, desde as últimas décadas do século XVII, buscou forçar os territórios do interior do centro-sul do Brasil a se voltarem economicamente para a manutenção de uma demanda externa internacional.

Por fim, cabe lembrar que todos os gêneros de produção voltados para a exportação em Minas causaram devastação ambiental; a implementação da mineração, das plantations de café e dos "desertos verdes" de eucaliptos sempre dependeram do desmatamento; por outro lado, a cultura camponesa mineira, voltada à subsistência e a diversificação, não necessita de grandes áreas territoriais e promove interações bem menos agressivas ao meio ambiente. No que tange à região central/mineiradora de Ouro Preto e Mariana, foco deste texto, a mineração causou e continua causando muitos estragos socioambientais, vide os incidentes/crimes recentes de 2015 e 2019.

Fontes

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*. Lisboa: Oficina Real Deslenderina, 1711.

COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*. Organização, transcrição documental e textos introdutórios de Caio César Boschi; preparação de texto e notas de Melânia da Silva Aguiar. Belo Horizonte: Secretaria de estado de cultura, APM, IHGB, 2007.

ESCHWEGE, Guilherme. “Extrato de uma memória sobre a decadência das minas de ouro da Capitania de Minas Gerais, e sobre outros vários objetos montanísticos” [1813]. In.: *História e memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa*. Lisboa: na tipografia da academia, Tomo IV, parte II, 1815.

FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica (Orgs.). MATOSO, Caetano Costa. *Códice Costa Matoso*: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2 vols., 1999.

MEMÓRIA sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas [1799]. Estudo crítico, transcrição e pesquisa histórica por Junia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

MENSAGENS dos Presidentes do Estado de Minas Gerais, 1890-1925.

TELES, Vicente Coelho de Seabra da Silva. “Memória sobre a cultura do rícino em Portugal, e manufatura de seu óleo”. In.: *Memórias econômicas da Academia Real de Ciências de Lisboa para o adiantamento da agricultura, das artes, e das indústrias em Portugal, e suas colônias*, tomo III, Lisboa: na tipografia da academia, 1791.

Referências

- ALMEIDA, Carla M. de Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Belo Horizonte: Fino Trato, 2014.
- AUSTREGÉSILO, Myriam Ellis. Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil colonial. *Revista de História*, São Paulo, v. 1, n. 4, 1950.
- BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1963.
- CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.
- CASTRO, Evandro Carlos Guilhon de. *Tropeiros em Mariana setecentista*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Tropas e tropeiros no abastecimento da região mineradora no período de 1693 a 1750. *LPH – Revista de História*, Mariana, v. 2, n. 1, 1991. p. 129-133.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes. Mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHAVES, Cláudia Maria das Graças. Os mapas estatísticos de Minas Gerais: importações, exportações, consumo, produção e reformas econômicas no início do século XIX. In: PAULA, João Antonio de. et al (ed.). *Anais do X Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: Cedeplar, UFMG, 2002.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.
- CROSBY, Alfred W. *The Columbian Exchange: Biological and Cultural Consequences of 1492*. Westport: CT, 1972.
- CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.
- DEAN, Warren. “A botânica e a política imperial: introdução e adaptação de plantas no Brasil Colonial e Imperial”. In.: *Conferência feita no Instituto de Estudos Avançados da USP*, 21 jun. 1989.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIAS, Renato da Silva; DIAS, Jeaneth Xavier de Araújo. Trabalho, abastecimento e dieta alimentar nas Minas do Ouro: o caso do pintor João de Deus Veras. *Patrimônio e memória*, Assis., v. 15, n. 1, p. 73-92, jan.-jun. 2019. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/959>. Acesso em 03 set. 2020.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2011.

FERREIRA, Gustavo Oliveira. *As polêmicas flores: Joaquim Veloso de Miranda e a prática científica nas Minas Setecentistas*. 2013. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Brasília: UNB, 1963.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). “Metais e pedras preciosas”. In.: *História geral da civilização brasileira*. A época colonial. 10^a ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo I, v. 2, 2003.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2. ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Transportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia & Sociedade*. São Paulo: FIPE/Pioneira, 1982.

MAFALDA, Zemella. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo, 1951.

MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. “Histórias (re)conectadas: O Horto Botânico de Vila Rica e os jardins do antigo Palácio dos Bispos de Mariana”. In.: PESSOA; FASOLATO; ANDRADE. *Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

MARTINS FILHO, Almicar Viana. *O segredo de Minas: a origem do estilo mineiro de fazer política*. Minas Gerais: Crisálida, 2009.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA Helenice Carvalho Cruz da. Produção econômica de Minas Gerais em meados do século XIX. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. Disponível em: www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_90.pdf.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1982.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Paulo Roberto. Entre São Paulo e o sertão: a intermediação mineira do comércio goiano no início do século XX. *Revista de História (USP)*, n. 167, p. 165-192, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América em el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, [S. l.], v. 134, 1992.

RESTITUTI, Cristiano C. *As Fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839 – 1884*. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, UNESP, Araraquara, 2006.

REZENDE, Dejanira Ferreira de. *Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013.

SILVA, Flávio Marcus. *Subsistência e poder: a política de abastecimento alimentar nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SILVA, Flávio Marcus. “Práticas Comerciais e o abastecimento alimentar em Vila Rica na primeira metade do século XVIII”. In.: *As Minas Setecentistas*. Vol. 1, Autêntica Editora e Companhia do Tempo, 2007, p. 359-376.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 7a Ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1977.